



SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 643/2026

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente quanto à dignidade da pessoa humana, ao direito à saúde, à competência do Sistema Único de Saúde e à proteção integral da criança e do adolescente.

Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, especialmente por disciplinar o Conselho Tutelar, suas atribuições e sua inserção na política de proteção integral à criança e ao adolescente.

Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e sobre a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, constituindo fundamento para a utilização da rede pública de saúde prevista no projeto.

Lei Federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Lei Federal nº 14.510, de 27 de dezembro de 2022, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para autorizar e disciplinar a prática da tele saúde em todo o território nacional, pertinente caso o atendimento psicológico seja disponibilizado mediante recursos de tele saúde.

Resolução CFP nº 9, de 18 de julho de 2024, que regulamenta o exercício profissional da Psicologia mediado por Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação – TDICs em território nacional, pertinente caso o atendimento psicológico seja prestado por meios digitais.

Lei Complementar Estadual nº 791, de 9 de março de 1995 – Código de Saúde do Estado de São Paulo, que estabelece normas relacionadas à promoção, proteção e recuperação da saúde no Estado.

Lei Estadual nº 12.060, de 26 de setembro de 2005, que dispõe sobre a substituição por ações de saúde mental do procedimento de internação hospitalar psiquiátrica no Sistema Único de Saúde do Estado de São Paulo.

Lei Municipal nº 11.123, de 22 de novembro de 1991, que dispõe sobre a política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e dá outras



providências, pertinente à inserção institucional dos Conselhos Tutelares na política municipal de atendimento.

Lei Municipal nº 14.413, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Município de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.718, de 23 de novembro de 2021, que disciplina a prática da telemedicina no Município de São Paulo, pertinente caso o atendimento previsto no projeto seja prestado mediante recursos de teleassistência.

Lei Municipal nº 17.827, de 7 de julho de 2022, que dispõe sobre a estrutura, organização e funcionamento dos Conselhos Tutelares no Município de São Paulo e dá outras providências.

Decreto Municipal nº 62.248, de 28 de março de 2023, que regulamenta a Lei nº 17.827, de 7 de julho de 2022, relativa à estrutura, organização e funcionamento dos Conselhos Tutelares no Município de São Paulo.

Portaria da Secretaria Municipal da Saúde – SMS nº 267/2023, que regulamenta as práticas de teleassistência no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, pertinente caso seja utilizada essa modalidade para a execução do atendimento psicológico previsto no projeto.

- PL 641/2026 Institui o Programa Municipal de Integração da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente – PROTEGE+, estabelece diretrizes para a atuação integrada dos serviços municipais de Saúde, Educação e Assistência Social com os Conselhos Tutelares, e dá outras providências.

- PL 232/2026 Institui o Adicional de Risco por Exposição à Violência para os Agentes Comunitários de Saúde, Agentes de Combate às Endemias e Conselheiros Tutelares no âmbito do Município de São Paulo, em razão dos riscos inerentes ao exercício de suas funções em ambientes externos, e dá outras providências.

- PL 95/2026 Altera a Lei nº 12.490, de 3 de outubro de 1997, para excluir do rodízio municipal de veículos os automóveis utilizados por profissionais da saúde no exercício de atividades essenciais e os veículos institucionais dos Conselhos de Fiscalização Profissional da área da saúde.

- PL 1151/2025 Dispõe sobre medidas de fortalecimento institucional e melhoria da resposta dos Conselhos Tutelares no Município de São Paulo, e dá outras providências.

- PL 982/2025 Regulamenta os Critérios para o Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares no Município de São Paulo e dá outras providências.

- PL 448/2025 Dispõe sobre o atendimento prioritário e de caráter emergencial nos órgãos públicos do município de São Paulo para situações e casos encaminhados pelo Conselho Tutelar ou por seus conselheiros e afins



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- PL 282/2024 Determina a fixação de placas informando o endereço, número do telefone da sede, número do telefone de plantão e e-mail do Conselho Tutelar nos equipamentos de Educação Públicos e Privados, equipamentos de Assistência Social, Equipamentos de Saúde, Equipamentos de Esporte e Cultura de São Paulo e Terminais de ônibus.
- PL 209/2024 Altera a Lei 17.827/2022 que dispõe sobre a estrutura, organização e funcionamento dos Conselhos Tutelares no Município de São Paulo, e dá outras providências.
- PL 632/2021 Equipara os Conselheiros Tutelares do Município de São Paulo à Servidores Públicos no âmbito Municipal para utilização do Hospital do Servidor Público Municipal, acrescenta o inciso III ao artigo 13º, da Lei nº 13.766, de 21 de Janeiro de 2004 e dá outras providências.
- PL 633/2021 Dispõe sobre a criação e atribuições da equipe técnica multidisciplinar do Conselho Tutelar e dá outras providências
- PL 539/2023 Garante o fornecimento de transporte público gratuito no dia da eleição para Conselheiros Tutelares.
- PL 655/2021 Cria a Cédula de Identidade Funcional dos Conselheiros Tutelares do Município de São Paulo.
- PL 634/2021 Dispõe sobre o criação e disponibilização de curso de capacitação aos profissionais envolvidos no atendimento às crianças e adolescentes e dá outras providências

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 18 de agosto de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.0680